



Demonstrações Financeiras **Consolidadas do Conglomerado Prudencial**

31 de dezembro de 2017 e 2016

Com Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras
Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Demonstrações Financeiras Consolidadas Conglomerado Prudencial



31 de dezembro de 2017 e 2016

Índice

Relatório da Administração.....	1
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	3
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados.....	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

A Instituição

O Grupo Rendimento, através das suas controladas, atua de forma consolidada no mercado de câmbio, destacando-se como um dos maiores fornecedores de moeda estrangeira para instituições financeiras, pessoas físicas, pessoas jurídicas e outros agentes autorizados pelo Bacen.

Oferece aos seus clientes serviços como arrecadação de tributos de veículos automotores, transferências internacionais, recebimento de recursos do exterior, remessas, abertura de conta corrente em moeda estrangeira e cartões pré-pagos nacionais e internacionais como o VTM – Visa Travel Money, um dos mais tradicionais do mercado.

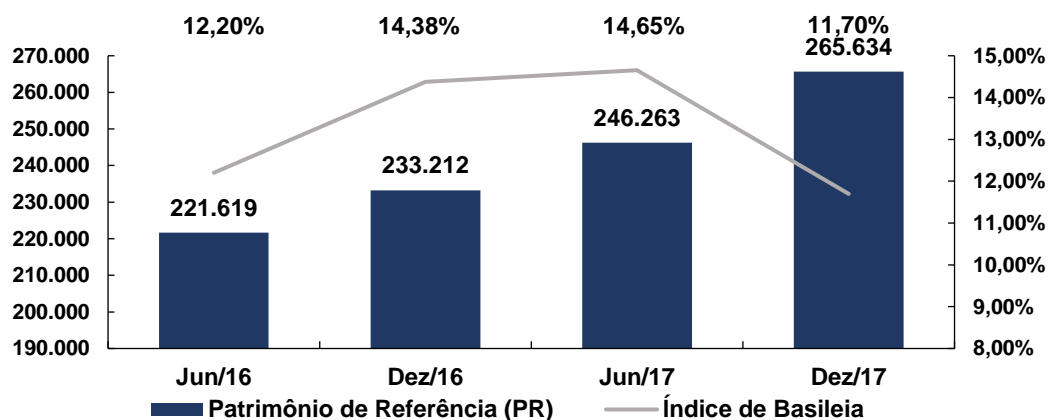
Atua no Middle Market, nas modalidades de empréstimos, financiamentos, descontos de títulos, CDC, antecipação de recebíveis, fianças, repasses do BNDES e comércio exterior

O Grupo Rendimento, através das suas controladas, atua de forma consolidada no mercado de câmbio, destacando-se como um dos maiores fornecedores de moeda estrangeira, em espécie, para instituições financeiras e outros agentes autorizados pelo Bacen.

Índice de Basileia

Os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal, são apurados com base no Conglomerado Prudencial, em conformidade com a Resolução 4.193/13. Neste semestre, especificamente em dezembro, o índice de Basileia apresentou comportamento pontual de queda, atípico à série histórica, motivado pelo aumento no volume das operações de câmbio e do crescimento da nossa carteira de crédito, influenciando nas posições do ativo ponderado pelo risco – RWA e respectivas exposições de câmbio e crédito.

Com relação aos ajustes prudenciais, o consumo de créditos tributários foi responsável pela dedução de maior relevância ao capital Nível I, compensado pelo lucro líquido do período de R\$ 49.426 mil. O ativo ponderado apresentou evolução no montante de R\$ 2.270.777 (R\$ 1.621.920 – dezembro 2016) mil.





Governança Corporativa, Riscos e Controles Internos

A estrutura de Governança Corporativa do Banco Rendimento consolida-se pela ética, transparência e conduta respeitosa no relacionamento com os acionistas, colaboradores, clientes e parceiros, tendo como arcabouço as leis, regulamentações externas, políticas, normas, procedimentos internos, códigos de conduta e ética, estrutura tecnológica e processos devidamente definidos e controlados por profissionais capacitados e alinhados aos objetivos estratégicos da instituição.

Está abrangida pelo controle dos riscos de Mercado, Operacional, Liquidez, Crédito, Socioambiental, bem como pelas áreas de Compliance, Segurança da Informação e por procedimentos e mecanismos específicos de gestão de riscos, Controles Internos, de Auditoria Interna e de controle de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo, alinhada às melhores práticas de mercado através de ferramentas de mensuração e controles compatíveis, proporcionais e adequados às necessidades e complexidades operacionais e de negócios realizados na instituição.

Com o modelo de segmentação e de gestão integrada de riscos estabelecidos pelo Banco Central, através das resoluções, CMN, 4.553/17 e 4.557/17, atuaremos com estruturas, modelos e políticas unificados, com o objetivo de possibilitar maior racionalização e efetividade nos respectivos controles, bem como adotar postura e cultura prospectiva com relação ao gerenciamento dos riscos e do capital, através de modelos efetivos de governança, continuidade de negócios e controles internos, de acordo com o perfil de negócio e apetite a riscos das empresas componentes do Conglomerado Prudencial.

Auditores Independentes

A Ernst & Young Auditores Independentes S.S. é a empresa de auditoria externa contratada para o exame das demonstrações financeiras do Grupo Rendimento. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos.

Agradecimentos

A Administração do Grupo Rendimento agradece aos nossos clientes e parceiros do mercado financeiro, pela confiança em nós depositada, e o empenho de nossos Colaboradores.

A Administração

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Diretores e Acionistas do
Banco Rendimento S.A.
São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Rendimento S.A. (o “Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Conforme mencionado na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

O Banco Rendimento S.A., elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 26 de fevereiro de 2018.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa

opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Building a better
working world

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Patrícia di Paula da Silva Paz
Contadora CRC-1SP198827/O-3

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial

Balancos Patrimoniais em

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)



Ativo	Notas	2017	2016
Circulante		2.028.706	1.210.513
Disponibilidades	4	334.973	359.737
Aplicações interfinanceiras de liquidez		463.729	215.153
Aplicações no mercado aberto	4 e 5	458.562	173.029
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	5.167	42.124
Títulos e valores mobiliários		186.177	241
Carteira própria	6	113.562	241
Vinculados operações compromissadas		4.270	
Vinculados a prestação de garantias		68.345	
Instrumentos financeiros de derivativos	7a	567	-
Outros		567	-
Relações interfinanceiras		78.676	1.401
Pagamentos e recebimentos a liquidar		77.740	-
Créditos vinculados ao Bacen		904	1.396
Relações com correspondentes		32	5
Relações Interdependências		-	171
Transferência interna de recursos		-	171
Operações de crédito	8	401.741	311.486
Setor Privado:		401.741	311.486
Operações de crédito		411.920	327.942
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(10.179)	(16.456)
Outros créditos		549.840	310.808
Carteira de câmbio	9	366.359	167.479
Rendas a receber		3.114	1.030
Negociação e intermediação de valores	7a	42	-
Diversos	10a	185.188	145.710
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)		(4.863)	(3.411)
Outros valores e bens	10b	13.003	11.516
Outros valores e bens		10.176	8.834
Despesas antecipadas		2.827	2.682
Realizável a longo prazo		298.307	412.729
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	20.972	20.545
Aplicações em moedas estrangeiras		20.972	20.545
Títulos e valores mobiliários	6	-	168.815
Carteira própria		-	114.406
Vinculados operações compromissadas		-	13.682
Vinculados a prestação de garantias		-	40.727
Relações interfinanceiras		12	-
Pagamentos e recebimentos a liquidar		12	-
Operações de crédito	8	103.716	61.324
Setor privado:		103.716	61.324
Operações de crédito		106.176	62.159
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(2.460)	(835)
Outros créditos	10a	172.946	161.267
Diversos		172.946	161.267
Outros valores e bens	10b	661	778
Despesas antecipadas		661	778
Permanente		15.447	17.498
Investimentos		72	72
Outros investimentos		72	72
Imobilizado de uso		12.203	12.995
Imóveis de uso		1.967	1.967
Outras imobilizações de uso		43.202	41.568
(Depreciações acumuladas)		(32.966)	(30.540)
Intangível		3.172	4.431
Ativos intangíveis		12.358	11.690
(Amortização acumulada)		(9.186)	(7.259)
Total do ativo		2.342.460	1.640.740

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Balanços Patrimoniais em
 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Valores expressos em milhares de reais)



Passivo	Notas	2017	2016
Circulante		1.447.081	993.498
Depósitos	11	320.920	342.655
Depósitos à vista		143.004	115.051
Depósitos interfinanceiros		9.249	25.230
Depósitos a prazo		168.667	202.374
Recursos de aceites e emissão de títulos	12	52.471	5.909
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		52.471	5.909
Relações interdependências		82.213	116.687
Recursos em trânsito de terceiros		82.213	116.687
Obrigações por empréstimos	12	10.419	13.371
Empréstimos no exterior		10.419	13.371
Obrigações por repasses no país - instituições oficiais	12	33.665	12.585
BNDES		28.358	8.447
FINAME		5.307	4.138
Instrumentos financeiros derivativos	7a	-	240
Instrumentos financeiros derivativos		-	240
Outras obrigações		947.393	502.051
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		2.665	1.921
Carteira de câmbio	9	600.766	166.275
Sociais e estatutárias		10.897	10.302
Fiscais e previdenciárias	13a	46.820	44.815
Negociação e intermediação de valores	7ª	228	1.302
Diversas	13b	286.017	277.436
Exigível a longo prazo		616.501	402.360
Depósitos	11	449.502	259.286
Depósitos a Prazo		449.502	259.286
Recursos de aceites e emissão de títulos	12	3.328	6.422
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		3.328	6.422
Obrigações por repasses no país - instituições oficiais	12	32.951	13.669
BNDES		28.237	7.941
FINAME		4.714	5.728
Outras obrigações		130.720	122.983
Diversas	13b	130.720	122.983
Resultados de exercícios futuros		444	558
Resultados de exercícios futuros		444	558
Patrimônio líquido	17	278.434	244.324
Capital		107.370	107.370
De domiciliados no país		107.370	107.370
Reserva de lucros		93.536	55.579
Ajustes de avaliação patrimonial		(4)	(32)
Participações de não controladores		77.532	81.407
Total do passivo		2.342.460	1.640.740

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial

Demonstração dos Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e

Semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)



	Notas	2º	Exercícios	
		Semestre	2017	2016
		2017	2017	2016
Receitas da intermediação financeira		225.084	439.771	404.394
Operações de crédito		66.438	130.967	103.772
Resultado de títulos e valores mobiliários		20.132	44.389	55.458
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7d	(3.489)	2.303	(35.923)
Resultado de operações de câmbio		142.003	262.112	281.087
Despesas da intermediação financeira		(25.680)	(71.392)	(79.133)
Captações no mercado	17	(18.272)	(50.678)	(59.743)
Empréstimos, cessões e repasses		(2.510)	(4.907)	(2.439)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(4.898)	(15.807)	(16.951)
Resultado bruto da intermediação financeira		199.404	368.379	325.261
Outras receitas/despesas operacionais		(143.574)	(268.653)	(238.767)
Receitas de prestação de serviços	19	47.051	87.213	77.335
Despesas de pessoal	20	(75.022)	(142.777)	(131.127)
Outras despesas administrativas	21	(77.375)	(144.959)	(116.325)
Despesas tributárias	22	(15.191)	(28.018)	(25.030)
Outras receitas operacionais	23	7.687	16.324	51.759
Outras despesas operacionais	23	(30.724)	(56.436)	(95.379)
Resultado operacional		55.830	99.726	86.494
Resultado não operacional		(452)	(493)	1.551
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		55.378	99.233	88.045
Imposto de renda e contribuição social	14	(18.912)	(33.838)	(30.716)
Imposto de renda		(13.000)	(21.658)	(20.843)
Contribuição social		(10.757)	(17.606)	(17.389)
Ativo fiscal diferido		4.845	5.426	7.516
Participações estatutárias no lucro		(2.893)	(4.706)	(3.869)
Lucro líquido do semestre/exercício		33.573	60.689	53.460
Atribuível aos:				
Controladores		27.611	49.426	36.235
Não controladores		5.962	11.263	17.225
Total		33.573	60.689	53.460

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e

Semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)



	Capital	Reservas de Lucros		Ajustes a valor Patrimonial	Lucros Acumulados	Total Controladores	Participação de		Total
		Legal	Outras				Não controladores		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	107.370	1.907	33.214	60	-	142.551	83.320	225.871	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	36.235	36.235	17.225	53.460	
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(92)	-	(92)	-	(92)	
Constituição de reserva legal	-	1.812	-	-	(1.812)	-	-	-	
Constituição de reserva especial de lucros	-	-	24.023	-	(24.023)	-	-	-	
Distribuição de dividendos	-	-	(5.377)	-	-	(5.377)	(13.068)	(18.445)	
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(10.400)	(10.400)	(6.070)	(16.470)	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	107.370	3.719	51.860	(32)	-	162.917	81.407	244.324	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	49.426	49.426	11.263	60.689	
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	28	-	28	-	28	
Constituição de reserva legal	-	2.471	-	-	(2.471)	-	-	-	
Constituição de reserva especial de lucros	-	-	35.655	-	(35.655)	-	-	-	
Distribuição de dividendos	-	-	(170)	-	-	(170)	(9.600)	(9.770)	
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(11.300)	(11.300)	(5.535)	(16.835)	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	107.370	6.190	87.345	(4)	-	200.901	77.535	278.436	
Saldos em 30 de junho de 2017	107.370	4.810	66.784	(7)	-	178.957	80.421	259.378	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	27.611	27.611	5.962	33.573	
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	3	-	3	-	3	
Constituição de reserva legal	-	1.380	-	-	(1.380)	-	-	-	
Constituição de reserva especial de lucros	-	-	20.731	-	(20.731)	-	-	-	
Distribuição de dividendos	-	-	(170)	-	-	(170)	(6.063)	(6.233)	
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(5.500)	(5.500)	(2.785)	(8.285)	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	107.370	6.190	87.345	(4)	-	200.901	77.535	278.436	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e

Semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)



	2º	Exercícios	
	Semestre	2017	2016
	2017		
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro Líquido Ajustado do semestre/exercício	37.955	77.225	74.551
Lucro Líquido do semestre/exercício	33.573	60.689	53.460
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido	4.382	16.536	21.091
Ajuste a mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	216	(807)	(1.408)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.899	15.807	16.951
Depreciações e amortizações	2.930	5.877	6.687
Impostos diferidos	(4.845)	(5.426)	(7.516)
Provisões/reversões operacionais	1.182	1.085	6.377
Varição de ativos e passivos	163.804	213.974	(180.514)
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	23.910	36.530	2.127
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(7.309)	(17.093)	(92.619)
(Aumento) em relações interfinanceiras	(64.664)	(77.287)	4
(Aumento)/redução em relações interdependências	23	(34.304)	62.216
(Aumento)/redução em operações de crédito	(63.860)	(148.454)	(71.479)
(Aumento) em outros créditos	(154.329)	(245.286)	(238.879)
(Aumento)/redução em outros valores e bens	(72)	(1.370)	7.323
Aumento/redução em depósitos	43.750	168.481	9.187
Aumento em captações no mercado aberto	(294)	-	(6.089)
Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	15.984	43.468	246
Aumento/(redução) em obrigações por empréstimos e repasses	13.376	37.410	15.190
Aumento em outras obrigações	357.265	451.993	132.103
(Redução)/aumento em resultado de exercícios futuros	24	(114)	156
Caixa líquido gerado/(aplicado) em atividades operacionais	201.759	291.199	(105.963)
Fluxo de caixa aplicado em atividades de investimentos			
Alienação de imobilizado de uso	1.223	1.317	197
Redução de diferido e intangível	-	-	220
Aquisição de Imobilizado de uso	(3.897)	(4.474)	(941)
Aplicações no Intangível	(481)	(668)	(648)
Caixa líquido (aplicado) em atividades de investimentos	(3.155)	(3.825)	(1.172)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Juros sobre o capital próprio pagos	(8.285)	(16.835)	(16.470)
Pagamento/provisionamento de dividendos	(6.233)	(9.770)	(18.445)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos	(14.518)	(26.605)	(34.915)
Aumento/(redução) em caixa e equivalentes de caixa	184.086	260.769	(142.050)
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	609.449	532.766	674.816
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	793.535	793.535	532.766
Aumento/(redução) em caixa e equivalentes de caixa	184.086	260.769	(142.050)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)



1. Contexto operacional

O Banco Rendimento S/A é a instituição líder do Conglomerado Prudencial, é uma sociedade anônima de capital fechado, em conjunto com suas controladas (conjuntamente denominadas “Grupo Rendimento”) tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, permitidas aos bancos comerciais, inclusive carteira de câmbio, crédito, cartões pré-pagos e o exercício da administração de títulos e valores mobiliários. Os benefícios dos serviços prestados entre as instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções do CMN e do Bacen, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF - e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações.

Para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/13 do CMN e Circular nº 3.701/14 do Bacen, as demonstrações financeiras do Grupo Rendimento foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 28 de março de 2018.

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial abrangem as demonstrações financeiras das seguintes Empresas:

Empresa	Principal Atividade	País Sede	Controladas	(%) Participação
Banco Rendimento S/A	Banco comercial com carteira de câmbio	Brasil	Cotação Serviços Financeiros Ltda.	99%
Banco Brasileiro de Negócios S/A	Banco múltiplo	Brasil	-	-
Cotação Serviços Financeiros Ltda.	Correspondentes de instituições financeiras	Brasil	Cotação Câmbio & Turismo Ltda.	85%
Cotação Câmbio & Turismo Ltda.	Agências de viagens	Brasil	-	-
Cotação DTVM S/A	Distribuidoras de títulos e valores mobiliários	Brasil	Action Empreendimento e Participações Ltda.	100%
Action Empreendimentos e Participações Ltda.	Outras sociedades de participação, exceto holdings	Brasil	-	-
Agillitas Soluções de Pagamento Ltda.	Operadoras de cartões de débito	Brasil	-	-

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)



Demonstramos a seguir as posições de patrimônio líquido e resultado das Empresas do Grupo:

Empresa	2017		2016	
	Patrimônio Líquido	Lucro/(Prejuízo) Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro/(Prejuízo) Líquido
Banco Rendimento S/A	200.901	49.426	162.917	36.235
BBN Banco Brasileiro de Negócios S/A	44.410	3.312	44.148	4.171
Cotação Serviços Financeiros Ltda.	21.116	1.331	19.785	1.787
Cotação Câmbio & Turismo Ltda.	562	(10)	572	17
Cotação DTVM S/A	23.456	4.895	30.161	11.474
Action Empreendimentos e Participações Ltda.	838	(189)	1.027	80
Agillitas Soluções de Pagamento Ltda.	9.582	3.056	7.011	1.579

No processo de consolidação das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial foram eliminados saldos das contas de ativo e passivo, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “*pro rata*” dia para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados.

b) Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Banco Rendimento e de suas controladas. A taxa utilizada para a conversão de ativos, passivos e resultado em moeda estrangeira é a da data de fechamento.

Nas demonstrações financeiras do conglomerado prudencial, os efeitos da variação cambial sobre as operações em moeda estrangeira estão distribuídos nas linhas das demonstrações do resultado conforme a natureza das respectivas contas patrimoniais.

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)



c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução do CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

e) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários;
- Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados pelo valor justo e mantidos como ativos quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

f) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, inclusive adiantamentos sobre contratos de câmbio de exportação são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)



específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução do Bacen nº 2.682/99, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível “H” permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, no mínimo por 5 anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução do Bacen nº 2.682/99, sendo fundamentada na análise do saldo em aberto das operações, considerando ainda os valores das garantias, o histórico de perdas e os riscos da carteira, conforme demonstrado na Nota 8.

g) Bens não de uso próprio

São representados basicamente por bens reintegrados e recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados.

h) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável.

i) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade. Os bens estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens.

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)



j) Intangível

São compostos por direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

k) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando-se o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto na Resolução do Bacen nº 3.566/08.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

l) Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro rata” dia” sendo as de obrigações em moeda estrangeira atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços. As captações no mercado aberto são classificadas no passivo circulante em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

m) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para o imposto de renda IRPJ é calculada à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras (15% até agosto de 2015), incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

A alíquota da CSLL para as instituições financeiras, foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/15 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/15).

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)



Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração.

n) Operações de Câmbio

São demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos (em base “pro rata” dia), as variações cambiais auferidas, e provisão para perdas, quando aplicável.

o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução do Bacen nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

(i) Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

(ii) Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

p) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações, nas datas das demonstrações financeiras

q) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)



por redução ao valor recuperável e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2017	2016
Disponibilidades	334.973	359.737
Aplicações em operações compromissadas (nota 5)	458.562	173.029
Total	793.535	532.766

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Circulante	2017	2016
<u>Aplicações em operações compromissadas – Posição Bancada</u>		
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	453.559	173.029
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	5.003	-
Total posição bancada	458.562	173.029
Total aplicações no mercado aberto	458.562	173.029
<u>Aplicações em depósitos interfinanceiros</u>		
Não ligada	-	21.181
Não ligada - Crédito rural	5.167	20.943
Total certificado de depósitos interfinanceiros (CDI)	5.167	42.124
Total do circulante	463.729	215.153
<u>Realizável a longo prazo</u>		
<u>Aplicações em moeda estrangeira</u>		
Aplicações em moeda estrangeira	20.972	20.545
Total de aplicações em moeda estrangeira	20.972	20.545
Total realizável a longo prazo	20.972	20.545
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	484.701	235.698

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)



6. Títulos e valores mobiliários

a) Composição por classificação

	2017			2016		
	Valor de Custo	Valor de Mercado	Ajustes a Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Ajustes a Mercado
Títulos para negociação						
Carteira própria - Livres	508	508	-	241	241	-
Certificado de depósito bancário (CDB)	508	508	-	241	241	-
Total de títulos para negociação	508	508	-	241	241	-
Títulos disponíveis para venda						
Carteira própria - Livres	113.068	113.054	(14)	114.448	114.406	(42)
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	113.068	113.054	(14)	114.448	114.406	(42)
Vinculados a operações compromissadas	4.271	4.270	(1)	13.686	13.682	(4)
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	4.271	4.270	(1)	13.686	13.682	(4)
Vinculados a prestação de garantias	68.355	68.345	(10)	40.739	40.727	(12)
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	68.355	68.345	(10)	40.739	40.727	(12)
Total de títulos disponíveis para venda	185.694	185.669	(25)	168.873	168.815	(58)
Total de títulos e valores mobiliários	186.202	186.177	(25)	169.114	169.056	(58)

b) Composição por vencimento

	2017		2016		
	Até 12 meses	Total	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Letras Financeiras do Tesouro - LFT		185.669		168.815	168.815
Certificado de depósito bancário - CDB		508	241	-	241
Total	186.177	186.177	241	168.815	169.056

Os títulos públicos, custodiados no SELIC, foram ajustados a valor de mercado, sendo efetuada a comparação com as taxas divulgadas pela ANBIMA, em contrapartida à conta de ajuste de valor patrimonial, no patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, perfazendo o montante negativo de R\$ 4 (R\$ 32 em 2016). As ações são avaliadas pela cotação de fechamento do último dia em que foram negociadas em bolsa de valores. Durante o semestre não houve reclassificações entre categorias nos títulos e valores mobiliários.

7. Instrumentos financeiros e derivativos

O Grupo Rendimento opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção (“Hedge”) contra risco de mercado, que decorre principalmente das flutuações das taxas de juros e cambial.

O gerenciamento da necessidade de “Hedge” é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de Dólar e de Reais subdivididas nos diversos indexadores (Pré, TR, IGP-M e TJLP). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, necessariamente, os de alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da BM&F, que são avaliados pelo valor de mercado, por meio dos ajustes diários.

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)



a) Composição analítica das operações

Contratos de mercado futuro

Representadas por contratos de mercado futuro que, conforme determinação do Bacen, são registrados em contas de compensação pelo valor do contrato atualizado pelo índice de variação das taxas pactuadas.

	2017		2016	
	Valor de referência	Ajuste diário a receber/(pagar)	Valor de referência	Ajuste diário a receber/(pagar)
Contratos de futuros (i)				
Posição comprada				
Dólar	74.769	23	141.782	(1.460)
Euro	7.942	19	6.929	(15)
Total posição comprada	82.711	42	148.711	(1.475)
Posição vendida				
DI	-	-	36.957	1
Dólar	7.792	(228)	7.260	172
Total posição vendida	7.792	(228)	44.217	173
Total Contratos de Futuro	90.503	(186)	192.928	(1.302)

(i) Os ajustes diários, de contratos futuros a pagar no valor de R\$ 186 (R\$ 1.302 em 2016), encontram-se registrados na rubrica de Negociação e Intermediação de Valores. Estas operações foram custodiadas pela BM&FBOVESPA.

Contratos a termo NDF

A carteira de contratos a termo de moeda sem entrega física – NDF (*Non Deliverable Forward*) registrada na CETIP é assim assumida:

	Valor de referência	Valores a receber	Valores a pagar	2017 Posição Líquida	2016 Posição Líquida
I) Tipo:					
Termo de moedas:					
Posição comprada					
Euro x Dólar	93.229	1.645	-	1.645	(153)
Dólar x Dólar Canadense	1.300	-	(21)	(21)	-
Total posição comprada	94.529	1.645	(21)	1.624	(153)
Posição vendida					
Euro x Dólar	61.492	-	(1.002)	(1.002)	(126)
Libra Esterlina x Dólar	2.235	-	(55)	(55)	39
Total posição vendida	63.727	-	(1.057)	(1.057)	(87)
Total NDF	158.256	1.645	(1.078)	567	(240)

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Valores expressos em milhares de reais)



b) Composição por vencimento

Valor de referência - Compensação	2017	
	Até 3 meses	Total
Contratos de futuro – Compra	82.711	82.711
Contratos de futuro – Venda	7.792	7.792
Contratos a termo – Compra	94.529	94.529
Contratos a termo – Venda	63.727	63.727
Total	248.759	248.759

c) Margem de garantia

São dados como margem em garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos, os ativos apresentados a seguir:

Vinculados a prestação de garantias	2017	2016
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	68.345	40.727
Total	68.345	40.727

d) Resultado com instrumentos financeiros de derivativos

Os resultados obtidos com as operações de instrumentos financeiros de derivativos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estão demonstrados a seguir:

	2017			2016		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
Futuros	113.213	(115.379)	(2.166)	122.464	(156.264)	(33.800)
Operações a termo - NDF	6.005	(1.536)	4.469	3.291	(5.414)	(2.123)
Total	119.218	(116.915)	2.303	125.755	(161.678)	(35.923)



8. Operações de crédito

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as operações de crédito estavam assim representadas:

a) Composição da carteira de crédito

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Operações de crédito		
Capital de giro	260.940	198.605
Conta corrente garantida	118.073	120.574
BNDDES/FINAME	67.010	26.376
Financiamento em moeda estrangeira	14.512	8.290
Títulos descontados	21.072	19.082
Cédula de crédito de exportação	10.054	2.117
Cheque especial	9.315	4.992
Crédito direto ao consumidor	6.030	6.628
Recuperação judicial	3.968	-
Crédito pessoal	2.783	1.845
Adiantamento a depositantes	670	1.142
Confissão de dívida	332	450
Hot Money	3.337	-
	<u>518.096</u>	<u>390.101</u>
Outros créditos		
Adiantamentos sobre contrato de câmbio (nota 9)	12.937	14.153
Rendas a receber (nota 9)	186	288
Títulos e créditos a receber-com características de concessão de crédito (nota 10)	134.485	93.501
	<u>147.608</u>	<u>107.942</u>
Total das operações de crédito	<u>665.704</u>	<u>498.043</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.639)	(17.291)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(4.863)	(3.411)
Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(17.502)</u>	<u>(20.702)</u>

b) Composição da carteira – por tipo de cliente e atividade

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<u>Pessoa jurídica - Setor privado:</u>		
Indústria	54.098	49.660
Comércio	184.739	131.804
Outros serviços	408.505	301.226
Habitação	4.207	-
	<u>651.549</u>	<u>482.690</u>
<u>Pessoas físicas</u>	<u>14.155</u>	<u>15.353</u>
Total	<u>665.704</u>	<u>498.043</u>

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)



c) Composição da carteira por vencimento

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Vencidas:		
A partir de 14 dias	24.992	17.572
À vencer:		
até 90 dias	320.089	214.426
de 90 a 360 dias	214.447	203.876
acima de 360 dias	106.176	62.169
Total da carteira por vencimento	<u>665.704</u>	<u>498.043</u>

d) Concentração da carteira

	<u>2017</u>		<u>2016</u>	
	<u>Valor</u>	<u>%</u>	<u>Valor</u>	<u>%</u>
10 maiores devedores	157.019	23,59%	171.024	34,34%
50 seguintes maiores devedores	321.867	48,35%	219.205	44,01%
100 seguintes maiores devedores	138.811	20,85%	90.135	18,10%
Demais devedores	48.007	7,21%	17.679	3,55%
Total da carteira	665.704	100,00%	498.043	100,00%

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, está distribuída entre os seguintes níveis de risco:

					<u>2017</u>
<u>Nível de Risco</u>	<u>% Provisão</u>	<u>A vencer</u>	<u>Vencidas*</u>	<u>Total</u>	<u>Provisão</u>
AA	-	-	-	-	-
A	0,5	565.873	-	565.873	(2.827)
B	1,0	80.750	2.124	82.874	(829)
C	3,0	56.517	1.845	58.362	(1.751)
D	10,0	2.409	17.832	20.241	(2.024)
E	30,0	295	257	552	(165)
F	50,0	3.205	1.681	4.886	(2.443)
G	70,0	8.835	125	8.960	(6.272)
H	100,0	63	1.128	1.191	(1.191)
Total		717.947	24.992	742.939	(17.502)

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)



2016					
Nível de Risco	% Provisão	A vencer	Vencidas*	Total	Provisão
AA	-	-	-	-	-
A	0,5	331.131	-	331.131	(1.655)
B	1	72.261	567	72.828	(728)
C	3	71.217	223	71.440	(2.143)
D	10	3.649	278	3.927	(393)
E	30	346	750	1.096	(329)
F	50	22	4.180	4.202	(2.101)
G	70	19	196	215	(150)
H	100	1.826	11.378	13.204	(13.203)
Total		480.471	17.572	498.043	(20.702)

* A coluna "vencidas" refere-se ao saldo contábil das operações vencidas acima de 14 dias

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou as seguintes movimentações:

	2017	2016
Saldo Inicial	(20.702)	(13.529)
Constituição	(18.728)	(19.672)
Reversão	2.921	2.720
Baixas de créditos contra prejuízo	19.007	9.779
Saldo Final	(17.502)	(20.702)

g) Créditos renegociados e recuperados

Os créditos renegociados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, totalizaram R\$ 6.916 (R\$ 3.783 em 2016).

Os créditos recuperados no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, totalizaram R\$ 9.367 (R\$ 7.560 em 2016).

9. Carteira de câmbio

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Valores expressos em milhares de reais)



Em 31 de dezembro de junho de 2017 e 2016 a carteira de câmbio do Grupo Rendimento está formada como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativo		
Circulante		
Câmbio comprado a liquidar	287.740	14.054
Direitos sobre venda de câmbio	332.146	173.421
(-) Adiantamentos em moedas nacionais recebidas	(253.713)	(20.284)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 8)	186	288
Total do ativo circulante	<u>366.359</u>	<u>167.479</u>
Passivo		
Circulante		
Câmbio vendido a liquidar	324.412	163.473
Obrigações por compra de câmbio	286.431	14.153
(-) Adiantamento de contrato de câmbio (nota 8)	(12.937)	(14.153)
Obrigações por vendas realizadas	2.860	2.802
Total do passivo circulante	<u>600.766</u>	<u>166.275</u>

10. Outros créditos e outros valores e bens

a) Outros créditos - diversos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Circulante		
Títulos e créditos a receber - com características de concessão de crédito (nota 8)	134.485	93.491
Títulos e créditos a receber - sem características de concessão de crédito (i)	4.209	8.097
Impostos e contribuições a compensar	23.613	24.082
Devedores diversos – País	7.509	8.853
Crédito tributário (nota 14b)	12.411	8.482
Outros	2.961	2.705
Total do circulante	<u>185.188</u>	<u>145.710</u>
Realizável a longo prazo		
Impostos e contribuições a compensar	162	-
Títulos e créditos a receber - com características de concessão de crédito (nota 8)	-	10
Devedores diversos – País	6	-
Devedores por depósito em garantia (nota 25b)	127.530	117.527
Crédito tributário (nota 14b)	45.248	43.730
Total realizável a longo prazo	<u>172.946</u>	<u>161.267</u>
Total	<u>358.134</u>	<u>306.977</u>

(i) Refere-se, basicamente, a liquidação das vendas do produto Visa Traveller Money (VTM), com o Banco, por parte das Distribuidoras/Corretoras de câmbio (Resellers) que comercializam o produto e câmbio a fechar.

b) Outros valores e bens

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)



	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Circulante		
Bens não de uso próprio (i)	10.176	8.834
Despesas antecipadas	2.827	2.682
Total do circulante	<u>13.003</u>	<u>11.516</u>
Realizável a longo prazo		
Despesas antecipadas	661	778
Total do realizável a longo prazo	<u>661</u>	<u>778</u>
Total	<u>13.664</u>	<u>12.294</u>

(i) Refere-se a imóveis recuperados de garantia de operações de crédito que serão vendidos ou levados a leilão conforme normas estabelecidas no Cosif.

11. Depósitos

a) Composição da carteira

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Depósitos à vista		
Pessoa física	104.324	85.453
Pessoa jurídica	38.680	29.598
	<u>143.004</u>	<u>115.051</u>
Depósitos interfinanceiros		
Instituições financeiras	9.249	25.230
	<u>9.249</u>	<u>25.230</u>
Depósitos a prazo		
Pessoa jurídica	429.324	283.645
Pessoa física	176.225	176.340
Instituições financeiras	12.620	1.675
	<u>618.169</u>	<u>461.660</u>
Total de depósitos	<u>770.422</u>	<u>601.941</u>

b) Composição da carteira por vencimento

					<u>2017</u>	<u>2016</u>
	<u>Sem</u>	<u>Até 180</u>	<u>De 181 a</u>	<u>Acima de</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
	<u>Vencimento</u>	<u>dias</u>	<u>365 dias</u>	<u>365 dias</u>		
Depósitos à vista	143.004	-	-	-	143.004	115.051
Depósitos interfinanceiros	-	9.249	-	-	9.249	25.230
Depósitos a prazo	-	83.681	84.986	449.502	618.169	461.660
Total de depósitos	143.004	92.930	84.986	449.502	<u>770.422</u>	<u>601.941</u>

c) Concentração dos depositantes

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
10 Maiores depositantes	322.831	205.090
50 Seguintes depositantes	213.633	242.432
100 Seguintes depositantes	107.745	98.613
Demais depositantes	126.213	55.806
Total de depósitos	<u>770.422</u>	<u>601.941</u>

12. Obrigações por empréstimos e repasses e recursos de aceites e emissão de títulos

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Valores expressos em milhares de reais)



	2017			2016
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Recursos de aceites e emissão de títulos				
Letras de crédito imobiliário	21.346	31.125	3.328	55.799
Obrigações por empréstimos				
Empréstimos no exterior (i)	244	10.175	-	10.419
Obrigações por repasses – Instituições Oficiais				
BNDES	6.284	22.074	28.237	56.595
FINAME	1.132	4.175	4.714	10.021
Total	29.006	67.549	36.279	132.834
				51.956

(i) Constituída por linha de crédito junto a banqueiros no exterior, com remuneração da taxa USD acrescida de spread.

13. Outras obrigações

a) Fiscais e previdenciárias

	2017	2016
Circulante		
Impostos e contribuições a recolher	7.555	6.609
Impostos e contribuições sobre os lucros	39.265	38.206
Total do circulante	46.820	44.815

b) Diversas

	2017	2016
Circulante		
Obrigações por prestação de serviços	2.263	17.639
Provisão para pagamentos a efetuar	30.147	27.590
Credores diversos no exterior (i)	209.217	220.408
Credores diversos no país	43.780	11.498
Outras	610	301
Total do circulante	286.017	277.436
Exigível a longo prazo		
Provisão para passivos contingentes (nota 26b) (ii)	130.243	122.297
Provisão para garantias prestadas (nota 25)	477	686
Total do exigível a longo prazo	130.720	122.983
Total	416.737	400.419

(i) Refere-se substancialmente a cartões “pré-pagos” (Visa Traveller Money).

(ii) Conforme Carta-Circular nº 3.782/16 do Bacen, a rubrica “Provisões para Riscos Fiscais” foi reclassificada de “Outras Obrigações – Fiscais e Previdenciárias” para “Outras Obrigações – Diversas”. Desta forma, para melhor comparabilidade dos saldos apresentados, o montante de R\$ 114.650 da rubrica “Outras Obrigações – Fiscais e Previdenciárias” em 31 de dezembro de 2016 foi reclassificado para a rubrica “Outras Obrigações – Diversas” em 31 de dezembro de 2017.

14. Imposto de renda e contribuição social

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)



a) Conciliação das despesas e das provisões do imposto de renda e da contribuição social.

	2017		2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	99.233	99.233	88.045	88.045
Juros sobre capital próprio	(16.835)	(16.835)	(16.470)	(16.470)
Participação nos Lucros (empregados)	(4.706)	(4.706)	(3.869)	(3.869)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	77.692	77.692	67.706	67.706
Adições:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	15.807	15.807	16.952	16.952
Perdas de capital ineditáveis	177	177	-	-
Provisão para contingências	2.367	2.367	1.674	1.674
Outras provisões ineditáveis	469	487	892	892
Patrocínio e doações ineditáveis	1.036	1.036	1.633	1.633
Remuneração variável de dirigentes	1.251	257	1.363	409
Gratificações	1.869	1.869	1.491	1.491
Outras	3.884	3.884	6.203	6.410
Total das adições	26.860	25.884	30.208	29.461
Exclusões:				
Perdas em operações de crédito – Lei nº 9.430/96	9.470	9.470	4.414	4.414
Reversão de provisões para gratificação	51	51	-	-
Reversão de provisão para contingências	699	699	-	-
Outras provisões	2.179	2.026	3.526	3.526
Total das exclusões	12.399	12.246	7.940	7.940
Base do imposto de renda e contribuição social	92.153	91.330	89.974	89.227
IRPJ/CSLL	(22.917)	(17.606)	(22.352)	(17.389)
Dedução de incentivos fiscais	1.259	-	1.509	-
Imposto de renda e contribuição social	(21.658)	(17.606)	(20.843)	(17.389)
Ativo fiscal diferido	3.166	2.260	3.989	3.527
Total de imposto de renda e contribuição social	(18.492)	(15.346)	(16.854)	(13.862)

b) Créditos tributários

Os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações no exercício:

Descrição	Saldo			Saldo
	31/12/2016	Constituição	Realização	31/12/2017
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.052	9.582	(6.178)	17.456
Provisão para riscos fiscais PIS/COFINS	30.017	639	(695)	29.961
Provisão para contingências	4.219	1.702	(1.643)	4.278
Provisão para participações no lucro	812	6.299	(5.677)	1.434
Outras	3.113	5.948	(4.532)	4.530
Total	52.213	24.171	(18.725)	57.659

Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução do Bacen nº 3.355/06. A compensação depende da natureza do crédito gerado. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos somente sobre diferenças temporariamente ineditáveis. O Grupo Rendimento não apresenta prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)



Créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a ativação de tais valores.

A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

Descrição	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.183	2.516	6.893	2.846	18	17.456
Provisão para riscos fiscais PIS/COFINS	-	-	-	-	29.961	29.961
Provisão para contingências	2.386	744	403	223	522	4.278
Provisão para participações no lucro	1.434	-	-	-	-	1.434
Outras	3.408	-	(1)	-	1.123	4.530
Total	12.411	3.260	7.295	3.069	31.624	57.659
Valor presente	11.646	3.019	6.755	2.842	29.282	53.544

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, considera que deverá auferir resultados tributáveis, dentro do prazo regulamentar, para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

O valor presente do crédito tributário é estimado em R\$ 53.550, utilizada a taxa de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.

15. Transações com partes relacionadas

a) Saldo das transações

As transações com partes relacionadas referente as aplicações em CDB dos acionistas, foram realizadas em condições usuais de mercado no tocante a encargos e prazos.

	Pessoas Físicas		Pessoas Jurídicas	
	2017	2016	2017	2016
Passivo	63.158	57.384	123.312	164.872
Certificado de depósito bancário – CDB	41.425	50.858	123.307	120.142
Depósitos à vista	-	-	5	107
Depósitos Interfinanceiros	-	-	-	44.623
Letra de crédito imobiliário – LCI	21.733	6.526	-	-
Resultado	(1.476)	(388)	(212)	(336)
Despesas de captações	(1.476)	(388)	(212)	(336)

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)



b) Remuneração da administração

Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social das empresas do Grupo Rendimento. Incorreram os seguintes benefícios de curto prazo aos administradores:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Remuneração fixa no exercício	7.812	7.082
Remuneração variável no exercício	994	954
Encargos sociais	2.317	3.750
Total	<u>11.123</u>	<u>11.786</u>

O Grupo Rendimento não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social do Banco, instituição líder é representado por 125.024 ações nominativas sem valor nominal, sendo 62.512 ordinárias e 62.512 preferenciais.

O capital social de não controladores é de R\$ 57.108 e está constituído por 1.893.074 ações, sendo 963.017 ordinárias e 928.017 preferenciais, e 2.108 cotas.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas asseguram ao acionista a prioridade de reembolso do capital e o direito de participação na distribuição de dividendos e bonificações, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

b) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

O capital da controladora é remunerado por meio da distribuição de dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 6% sobre o lucro líquido ajustado do período. A distribuição de dividendos está sujeita à proposta da diretoria à Assembleia Geral de Acionistas e Cotistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi deliberado o pagamento de dividendos no montante de R\$ 9.770 (R\$ 18.445 em 2016).

Em 6 de junho de 2016 e 5 de dezembro de 2017, foi deliberado o pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 16.835 referente ao exercício de 2017 (R\$ 16.470 em 2016), calculados com base na Taxa de Juros de longo prazo (TJLP), nos termos do artigo 9º da Lei nº 9.249/95. O benefício fiscal decorrente da distribuição de juros sobre o capital próprio reduziu os encargos de imposto de renda e contribuição social do exercício no montante de R\$ 3.367.

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)



c) Reserva de lucros

Legal: o Grupo Rendimento deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado.

Outras: composta por lucros obtidos a serem destinados em AGO (Assembleia Geral Ordinária).

17. Despesas de captação no mercado

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Depósitos a prazo	43.953	55.024
Depósitos interfinanceiros	1.491	1.791
Operações compromissadas	664	1.020
Recursos de emissão de títulos	3.492	1.119
Contribuições ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC)	1.078	789
Total	<u>50.678</u>	<u>59.743</u>

18. Receitas de prestação de serviços

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Câmbio	5.167	31.403
Cartões	14.158	21.380
Arrecadação	27.435	13.487
Serviços bancários	3.350	3.119
Garantias prestadas	2.244	2.822
Transações de pagamento	2.501	3.543
Outros serviços	32.358	1.581
Total	<u>87.213</u>	<u>77.335</u>

19. Despesa de pessoal

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Proventos	77.367	71.580
Encargos sociais	28.509	26.837
Benefícios	26.529	22.994
Honorários	9.123	8.694
Outras	1.249	1.022
Total	<u>142.777</u>	<u>131.127</u>

20. Outras despesas administrativas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Transportes	36.524	39.578
Serviços do sistema financeiro	39.580	6.588
Processamento de dados	15.657	14.639
Serviços técnicos especializados	4.465	5.513
Aluguéis	17.416	18.403
Depreciações/amortizações	5.877	6.687
Comunicações	3.852	4.260
Serviços de terceiros	3.615	3.440
Vigilância e segurança	2.300	2.259
Condomínio	1.111	4.626
Contribuições filantrópicas	1.429	1.452
Manutenção e conservação de bens	2.459	2.106
Outras	10.674	6.774
Total	<u>144.959</u>	<u>116.325</u>

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)



21. Despesas tributárias

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
PIS	3.184	2.811
COFINS	18.984	16.806
ISS	3.529	3.134
Outras	2.321	2.279
Total	<u>28.018</u>	<u>25.030</u>

22. Outras receitas e despesas operacionais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Outras receitas operacionais		
Atualização monetária de depósitos judiciais (i)	7.793	38.468
Reversão de provisões diversas	585	4.798
Outras	7.946	8.493
Total	<u>16.324</u>	<u>51.759</u>

Outras despesas operacionais

Atualização monetária de contingências (i)	7.519	37.573
Contingências (ii)	2.925	11.459
Convênios operacionais	8.658	7.720
Comissões	16.818	17.793
Verbas de incentivos	11.927	12.105
Despesa com numerários	2.101	1.325
Outras	6.488	7.404
Total	<u>56.436</u>	<u>95.379</u>

(i) No exercício findo em 31/12/2016, foram efetuadas atualizações do período inicial até a data base 31/12/2016 dos depósitos judiciais e contingências fiscais, com base nos extratos dos bancos depositários.

(ii) Na rubrica “contingências”, estão registrados as despesas de contingências cíveis/fiscais/trabalhistas.

23. Avais, fianças e garantias concedidas a terceiros

A responsabilidade por avais, fianças e garantias prestadas a terceiros, em 31 de dezembro de 2017, correspondiam a R\$ 62.254 (R\$ 111.112 em 2016) com provisão para perdas no montante de R\$ 477 (R\$ 686 em 2016).

24. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não existem processos classificados pela Administração como prováveis de realização.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

(i) Provisões trabalhistas - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)



(ii) Provisões cíveis - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos.

(iii) Provisões fiscais - As provisões para processos fiscais são representadas por processos judiciais e administrativos, substancialmente, representado pelos seguintes processos:

- a. Contestação judicial da legalidade do recolhimento do PIS e COFINS, nos termos da Lei nº 9.718/98. Para essa causa, o montante provisionado é de R\$ 75.219;
- b. Contestação quanto à base de receitas de operações de avais e fiança, defendida pelo Fisco Municipal como tributável para o ISS. O montante provisionado é de R\$ 2.542.

As movimentações das provisões para contingências e obrigações legais, ocorridas no exercício estão a seguir apresentadas:

Provisão para Contingências					2017	2016
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras	Total	Total
Saldo no início do exercício	114.650	6.816	633	198	122.297	83.707
Constituições/(Reversões)	145	2.270	219	(137)	2.497	7.819
Atualizações monetárias (i)	7.507	-	12	-	7.519	37.771
Pagamentos	(113)	(1.639)	(318)	-	(2.070)	(7.000)
Saldo no final do exercício	122.189	7.447	546	61	130.243	122.297

(i) No exercício findo em 31/12/2016, foram efetuadas atualizações do período inicial até a data base 31/12/2016 das contingências.

Depósitos Judiciais				2017	2016
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total
Saldo no início do exercício	115.151	2.264	112	117.527	78.509
Constituições	117	1.283	810	2.210	2.467
Atualizações monetárias (i)	7.765	28	-	7.793	38.495
Reversões	-	-	-	-	(1.944)
Saldo no final do exercício	123.033	3.575	922	127.530	117.527

(i) No exercício findo em 31/12/2016, foram efetuadas atualizações do período inicial até a data base 31/12/2016 das contingências.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2017, as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por:

- Por 43 processos de natureza cível que somam R\$ 922, e são originários de ações revisionais de contratos de empréstimos e financiamentos, bem como ações indenizatórias de operações financeira.
- Pela contestação administrativa a exigência da incidência de ISS sobre receitas decorrentes de operações que não se classificam como prestação de serviços, no Município de São Paulo, no montante de R\$ 1.062.

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)



- Contestação administrativa a exigência da incidência de ISS sobre receitas decorrentes de operações que não se classificam como prestação de serviços, no Município de Santo André, no montante de R\$ 654.
- Contestação de contingência sobre depósitos judiciais do alargamento da base de PIS e COFINS, no montante de R\$ 527.

c) Órgãos reguladores

Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar representativamente o resultado e as operações do Grupo Rendimento.

25. Gerenciamento de riscos

a) Risco Operacional

O gerenciamento do risco operacional no Banco Rendimento encontra-se proporcional e adequado às atividades desenvolvidas e negócios realizados na Instituição e estruturado por um conjunto de procedimentos, processos e sistema de controle, os quais viabilizam a contínua adequação desse gerenciamento, à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

Com base nesse modelo de controle e gestão são identificados e analisados os eventos e incidentes vinculados a fraudes, descontinuidade de negócios, falhas tecnológicas, processos inadequados, dentre outros, visando a mitigação de possíveis perdas e determinação do montante do capital regulamentar para risco operacional para suprir eventuais perdas, com base no modelo de Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada, previsto na Circular 3.640/13 do Banco Central do Brasil.

b) Risco de Mercado e Liquidez

O gerenciamento de risco de mercado se mantém estruturado em conformidade com as políticas internas e dispositivos legais, capaz de identificar, monitorar e controlar os riscos associados às perdas, nas posições detidas pelo Banco Rendimento, decorrentes da flutuação nos valores de mercado e cotações dos instrumentos financeiros (taxas de juros, índices de preços, cupons cambiais, variação cambial e renda variável), bem como prover recursos para a Instituição, visando permitir a manutenção dos negócios e a geração de receita, até mesmo sob circunstâncias adversas.

O Banco Rendimento mantém sua exposição total a riscos de mercado, aferida pelo Value at Risk (VaR) diário - com intervalo de confiança de 95% -, adotando como política a perda máxima esperada inferior a 2% de seu Patrimônio de Referência (PR). Em complementos às análises de risco, são utilizadas métricas de estresse sobre o fluxo de ativos e passivos,

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)



contemplando o pior resultado histórico dos indicadores e cenários econômicos de forma prospectiva.

As informações relativas às exposições ao risco de mercado e à apuração das respectivas parcelas dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência, de Nível I e de Capital principal são submetidas mensalmente ao Banco Central do Brasil, conforme estabelecido pela Circular nº 3.429/09.

O risco de liquidez consiste na possibilidade do Banco não possuir recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Alinhado a uma política austera o controle na gestão do risco de liquidez, abrange o monitoramento e contínuo acompanhamento dos níveis de caixa, em todas as operações financeiras bem como possíveis exposições contingentes, possibilitando que liquidações sejam realizadas em tempo hábil e de maneira segura.

De acordo com os critérios de classificação de operações previstos em normativos do Banco Central e no Novo Acordo de Capitais - Basileia III, a realização dos testes de estresse, provenientes de eventos hipotéticos sobre os fluxos ativos e passivos, visa conhecer os impactos significativos das exposições sobre o resultado corrente da instituição e identificar áreas suscetíveis e passíveis de mitigação de risco.

A área de risco de mercado e liquidez do Grupo Rendimento elabora e compartilha diariamente relatórios que abordam o limite mínimo de caixa, considerando a alavancagem das posições em relação ao Patrimônio de Referência e o fluxo de pagamentos/recebimentos por data de vencimento num horizonte de dois anos. Os relatórios são compartilhados diariamente com a alta administração do grupo e com as áreas de negócios com o objetivo de definir as estratégias de liquidez a serem seguidas.

Em conformidade com a Resolução nº4.280/13 do Conselho Monetário Nacional, os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência, de Nível I e de Capital Principal, são apurados com base no Conglomerado Prudencial.

c) Risco de Crédito

A gestão de Risco de Crédito alinhada às disposições constantes da Resolução 3.721/09, do CMN, tem como objetivo maximizar a relação risco x retorno de seus ativos e estabelecer limites e mecanismos de mitigação de risco, por meio de políticas aderentes às boas práticas, visando manter a qualidade da carteira de crédito em patamares adequados aos segmentos dos mercados em que atua.

A estrutura de risco de crédito possibilita a identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos, inerentes aos produtos da carteira de crédito e respectivas concentrações, em que estejam associadas a perdas pelo não cumprimento por parte do tomador ou contraparte, a) de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, b) à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)



do tomador, c) à redução de ganhos ou remunerações, d) às vantagens concedidas na renegociação e e) aos custos de recuperação.

O Comitê de Crédito tem por prática deliberar sobre os assuntos pertinentes a Política de Gestão de Risco de Crédito, conforme diretrizes definidas pela Alta Administração, bem como aprovar medidas corretivas e de planos de ação, atuando como uma linha de defesa para a gestão do risco, na identificação de eventos e situações que possibilitem melhorar e auxiliar a qualidade do crédito a ser concedido.

d) Política de Concessão de Crédito

A política aplicada pelo Banco, fundamenta-se na exigência de garantias, compatíveis com o risco de contraparte e pela seleção de clientes que apresentem capacidade financeira para honrar os compromissos de crédito contratados.

O processo de tomada de decisões e a definição da política de crédito garantem maior eficiência e otimização das oportunidades de negócios. Para a concessão de crédito, tanto no varejo como no atacado, as decisões são tomadas de acordo com os limites de alçada e análise econômico-financeira do cliente, visando garantir a criteriosa observação do risco das operações.

e) Estrutura de Gerenciamento de Capital

A estrutura do Rendimento para gerenciamento de capital consiste na avaliação da capacidade do Patrimônio de Referência em suportar, nos períodos futuros, todos os riscos que possam envolver os negócios do Grupo.

Esse processo de monitoramento contínuo tem como objetivo avaliar a capacidade do Patrimônio de Referência (PR) em suportar a alavancagem dos respectivos portfólios – dando consistência à política institucional para provisão do capital, em níveis superiores aos requeridos de forma regulamentar.

Com o objetivo de mensurar os riscos não previstos nas metodologias de cálculo padronizadas, são realizadas simulações de cenários de estresse para avaliação de fontes para manutenção do nível de capital, através da utilização de ferramentas específicas de controle e metodologias de mercado.

A estratégia de negócios da organização está registrada no Plano Trienal de Capital, aprovado pela Alta Administração, através da realização de projeções do índice de Basileia com base em simulações de cenários de estresse, onde são considerados os riscos não previstos nas metodologias de cálculo, visando possibilitar previsão de fontes para manutenção do nível de capital.

Nesse Plano de Capital são contempladas as expectativas do triênio, com base no Conglomerado Prudencial, através de projeções de receitas, despesas e das posições patrimoniais, estimando-se a compatibilidade futura do índice de Basileia, alinhada ao ambiente normativo regulatório.

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)



f) Prevenção à "Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo"

O Banco Rendimento conta com instrumentos de controle, políticas, normas, processos e sistemas específicos de monitoramento, nas operações com clientes, fornecedores e parceiros, através de seus produtos e serviços, a fim de prevenir, detectar, evitar e combater a "lavagem" de dinheiro oriunda de atividades ilícitas, inclusive aquelas ligadas aos casos de corrupção e terrorismo.

A participação frequente da Administração, na prevenção e detecção à "lavagem" de dinheiro, assegura o alinhamento entre as diversas áreas de negócios e controle e o contínuo acompanhamento das atividades realizadas no grupo, com a definição de políticas aderentes às melhores práticas nacionais e internacionais, visando evitar o uso da estrutura do Grupo para fins ilícitos.

g) Responsabilidade Socioambiental

A gestão do Risco Socioambiental no Banco Rendimento estabelece princípios, diretrizes e procedimentos e define ações mitigadoras, da natureza, nos negócios realizados no Grupo, nas relações de trabalho e com o mercado, clientes, fornecedores e público interno, nos termos definidos na Resolução 4.327/14 do CMN, bem como os procedimentos da Lei Anticorrupção descritos na Política de Responsabilidade Socioambiental, dando ênfase aos padrões de conduta e código de ética.

Os mecanismos de gestão e controle encontram-se devidamente definidos, com base em estratégias e diretrizes aprovadas pelas diretorias, e visam disseminar por todo corpo funcional os princípios socioambientais que norteiam o cotidiano de cada colaborador e a efetiva aplicabilidade nas relações de negócios e com clientes, parceiros e fornecedores.

27. Limites operacionais

O Patrimônio de Referência mínimo requerido para o RWA está a seguir demonstrado, de acordo com os normativos em vigor:

	2017	2016
Patrimônio de Referência – PR	265.634	233.212
Risco de crédito – RWA_{CPAD}	1.452.029	1.002.099
Risco de exposição cambial – RWA_{CAM}	271.568	100.379
Risco de taxas de juros – RWA_{JUR1}	1.297	1.493
Risco de cupom de moedas – RWA_{JUR2}	18.238	23.571
Risco operacional – RWA_{OPAD}	527.645	494.379
Patrimônio de Referência mínimo requerido para o RWA	210.047	160.165
Margem sobre o PR considerando a R_{BAN}	54.305	72.771

O índice de Basileia na data base de 31 de dezembro de 2017, para o Conglomerado Prudencial, apurado de acordo com o estabelecido nas Resoluções nº 4.192/13 e 4.193/13, concentrou-se em 11,70% (14,38% em 2016).